

APRESENTAÇÃO

Submetemos à apreciação de V. S^a. as Demonstrações Contábeis do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul acompanhadas do Relatório da Coordenadoria de Contabilidade/Auditoria Geral do Estado, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003.

O Balanço Geral do Estado, nos termos do art. 89, inciso XVI, da Constituição Estadual, constitui a prestação de contas que o Excelentíssimo Senhor Governador apresenta, anualmente, à Augusta Assembléia Legislativa.

Integram o Balanço Geral, as demonstrações pertinentes às execuções orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, elaborados em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, esta última aplicável às demonstrações financeiras das empresas públicas e sociedades de economia mista.

Destarte, o Balanço Geral torna-se um instrumento legal imprescindível à sociedade, no momento em que lhe permite informações que identificam a origem e destinação dos recursos públicos, que visem melhorar a qualidade de vida de toda a sociedade sul-mato-grossense, bem como o desempenho da gestão pública.

RELATÓRIO

CAPÍTULO I

1. DO ORÇAMENTO

1.1. ORÇAMENTO GERAL

O Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2003, aprovado pela Lei nº. 2.601, de 27 de dezembro de 2002, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 5.907 de 30 de dezembro de 2002, foi elaborado em conformidade com o disposto no art. 160, § 4º e no art. 161 *caput*, da Constituição Estadual, observados os objetivos e prioridades da Administração Pública Estadual, constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2003.

Além da Legislação estadual, o Orçamento foi elaborado obedecendo, também, aos ditames da Legislação federal, destacando-se:

- a Portaria SOF nº. 02, de 22 de julho de 1994, Ministério do Planejamento e Orçamento e suas alterações, que atualiza a classificação da despesa quanto a sua natureza.
- a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e suas alterações, que atualiza a discriminação da despesa por funções.
- a Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001, e suas alterações, que dispõe sobre normas gerais de consolidação das contas públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências.

A Lei Orçamentária do exercício de 2003 compreende o Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das Empresas controladas pelo Estado, e discrimina a despesa por unidade orçamentária, especificando os grupos de despesa, a esfera de governo, a modalidade de aplicação e as fontes de recursos.

O conjunto dos orçamentos Fiscal, Seguridade Social e Investimentos estimou a receita (deduzindo-se os valores destinados ao FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização ao Magistério, de R\$ 206.048.300,00) e fixou as despesas em igual valor para o exercício de 2003 da seguinte forma:

ORÇAMENTO	R\$
- Fiscal	2.361.963.700,00
- Seguridade Social	533.216.600,00
- Investimentos	52.178.400,00
TOTAL	2.947.358.700,00

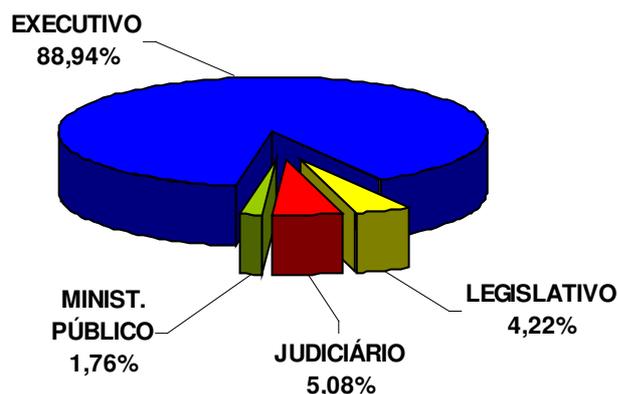
A participação no Orçamento dos três Poderes Estaduais e do Ministério Público, apresentou-se dessa forma:

em R\$ (1,00)

PODERES	FONTES		TOTAL	PARTICIPAÇÃO
	TESOURO	OUTRAS		%
EXECUTIVO	1.870.555.650	751.068.850	2.621.624.500	88,94
LEGISLATIVO	124.070.300	195.100	124.265.400	4,22
JUDICIÁRIO	136.156.100	13.500.000	149.656.100	5,08
MINIST. PÚBLICO	51.587.900	224.800	51.812.700	1,76
TOTAL	2.182.369.950	764.988.750	2.947.358.700	100

FONTE: SIAFEM

PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO POR PODERES



As fontes de recurso do Tesouro representam aquelas centralizadas no Tesouro do Estado e as demais fontes de receita, as de recolhimento descentralizado das entidades da Administração Indireta.

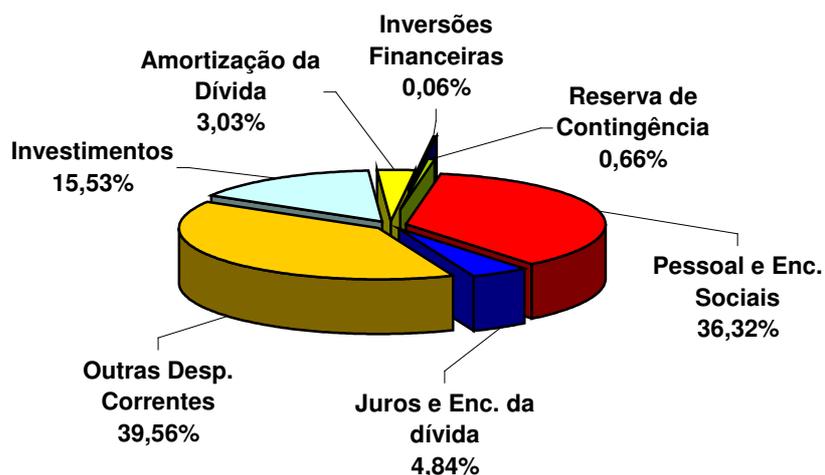
A previsão da despesa foi estruturada conforme os seguintes grupos:

Em R\$ (1,00)

GRUPO DE DESPESAS	FONTES		TOTAL	PARTICIPAÇÃO
	TESOURO	OUTRAS		%
Pessoal e Enc. Sociais	836.609.540	234.092.900	1.070.702.440	36,32
Juros e Enc. Da dívida	141.730.900	805.400	142.536.300	4,84
Outras Desp. Correntes	932.620.360	233.222.500	1.165.842.860	39,56
Investimentos	162.449.550	295.251.750	457.701.300	15,53
Amortização da Dívida	89.151.600	175.300	89.326.900	3,03
Inversões Financeiras	267.800	1.440.900	1.708.700	0,06
Reserva de Contingência	19.540.200	-	19.540.200	0,66
TOTAL	2.182.369.950	764.988.750	2.947.358.700	100

FONTE: SIAFEM

PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO POR GRUPO DE DESPESAS



1.2. ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

A Administração Direta teve sua Despesa Orçamentária inicial fixada em R\$ 1.921.465.300,00, o que corresponde a 65,19% do Orçamento Geral do Estado, e compreende o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público e, no âmbito do Poder Executivo, suas Secretarias, Procuradorias Gerais, além dos Encargos Gerais Financeiros de Recursos Humanos e de Patrimônio e da Reserva de Contingência.

em R\$ (1,00)

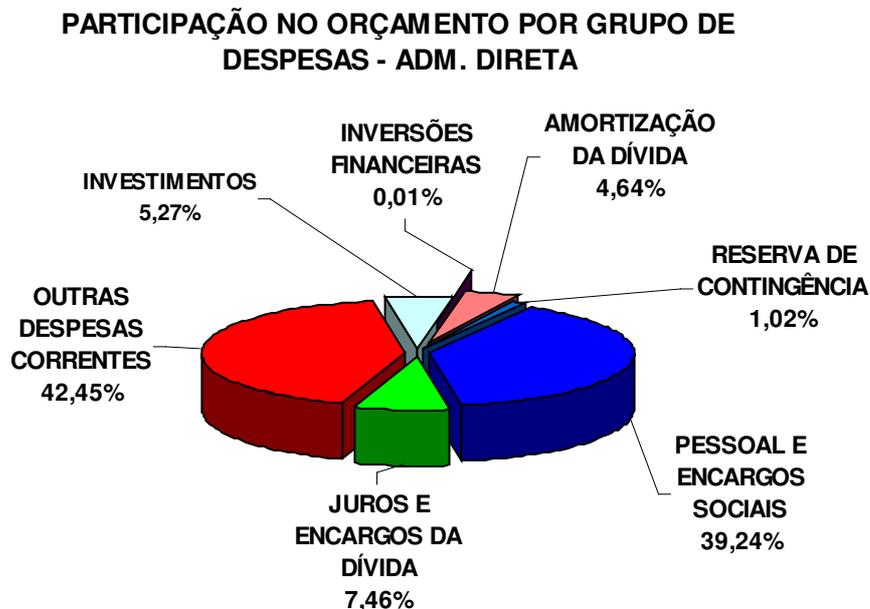
UNIDADE ORÇAMETÁRIA	FONTES DO TESOURO	PARTICIPAÇÃO %
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	81.378.100	4,24
TRIBUNAL DE CONTAS	42.687.200	2,22
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	124.156.100	6,46
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	51.587.900	2,68
SECRETARIA DE ESTADO DE COORD.GERAL DE GOVERNO	26.304.900	1,37
SECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA E CONTROLE	147.671.100	7,69
SECRETARIA DE EST DE GESTÃO PUBLICA	30.731.900	1,60
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	21.587.200	1,12
SECRETARIA DE EST. DE INFRA-ESTRUTURA E HABITAÇÃO	10.743.700	0,56
SECRETARIA DE ESTADO DA PRODUÇÃO E DO TURISMO	2.172.200	0,11
SECRET.DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E REC. HÍDRICOS	28.877.800	1,50
SECRETARIA EST DE TRAB.,ASSIST.SOC.ECON.SOLIDÁRIA	15.605.100	0,81
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	1.100	0,00
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	347.673.200	18,09
SECRETARIA DE ESTADO DE JUST.SEGUR.PUBLICA	291.029.500	15,15
PROCURADORIA GERAL DA DEFENSORIA PUBLICA	13.845.800	0,72
ENCARGOS GERAIS FINANCEIROS DO ESTADO	636.609.500	33,13
ENCARGOS GERAIS DE RH E PATRIMÔNIO DO ESTADO	13.896.100	0,72
SECRETARIA DE EST. DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	300.000	0,02
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA,ESP. E LAZER	13.500.300	0,70
SECRETARIA DE EST.DE PLANEJ.E DE CIÊNCIA E TE	1.566.400	0,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.540.200	1,02
TOTAL	1.921.465.300	100

FONTE: SIAFEM

A Lei Orçamentária fixou a Despesa por Grupo, conforme os dados a seguir:

GRUPO DE DESPESAS	FONTES		TOTAL	em R\$ (1,00)
	TESOURO	OUTRAS		PARTICIPAÇÃO %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	754.043.640	-	754.043.640	39,24
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	141.628.500	-	141.628.500	7,37
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	815.639.160	-	815.639.160	42,45
INVESTIMENTOS	101.228.800	-	101.228.800	5,27
INVERSÕES FINANCEIRAS	233.800	-	233.800	0,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	89.151.200	-	89.151.200	4,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.540.200	-	19.540.200	1,02
TOTAL	1.921.465.300	-	1.921.465.300	100,00

FONTE: SIAFEM



1.3. ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

O Orçamento da Administração Indireta compõe-se pelas autarquias, fundações e fundos, regidos pela Lei nº. 4.320/64 e pelas empresas públicas, regidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº. 6.404/76.

1.3.1 Receita Orçamentária

Para o exercício de 2003, a previsão da Receita Orçamentária da Administração Indireta correspondeu a R\$ 1.025.893.400,00 equivalente a 34,81% do total da receita prevista no orçamento anual, dos quais R\$ 260.904.650,00 seriam atendidos com recursos do Tesouro do Estado.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FONTES			TOTAL	em R\$ (1,00)
	TESOURO	OUTRAS			PARTICIPAÇÃO
					%
AUTARQUIAS	75.397.300	140.860.500	216.257.800	21,08	
AGÊNCIA DE GESTÃO E INTEGR. DE TRANSPORTES	39.300	17.100.000	17.139.300	1,67	
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE MS	60.600	10.525.100	10.585.700	1,03	
AGÊNCIA EST.DE DEF.SANITAR. ANIMAL E VEGETAL	8.289.800	5.391.000	13.680.800	1,33	
AGÊNCIA EST. DE GESTÃO E EMPREENDIMENTOS	54.921.800	24.413.400	79.335.200	7,73	
AGÊNCIA EST. DE REGULAÇÃO DE SERV. PUB.	695.900	999.100	1.695.000	0,17	
AGÊNCIA ESTADUAL DE IMPRENSA OFICIAL	-	2.152.000	2.152.000	0,21	
AGÊNCIA ESTADUAL DE METROLOGIA	-	333.600	333.600	0,03	
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MS	-	2.771.100	2.771.100	0,27	
INSTITUTO DE DESE.AGRÁRIO E EXT. RURAL DE MS	8.710.400	20.581.700	29.292.100	2,86	
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE - PANTANAL	2.679.500	19.893.500	22.573.000	2,20	
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	-	36.700.000	36.700.000	3,58	
FUNDAÇÕES	71.013.300	36.998.600	108.011.900	10,53	
FUNDAÇÃO DE APOIO E DESE.DO ENSINO,CIEN.TEC	6.987.700	6.194.200	13.181.900	1,28	
FUNDAÇÃO DE TRABALHO E QUALIFIC. PROF. DE MS	250.000	6.386.700	6.636.700	0,65	
FUNDAÇÃO EST. JORN.LUIZ CHAGAS DE RADIO E TEL	4.090.400	253.100	4.343.500	0,42	
FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MS	1.893.000	350.700	2.243.700	0,22	
FUNDAÇÃO DE DESPORTO E LAZER DE MS	808.800	1.253.500	2.062.300	0,20	
FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MS	1.096.200	7.491.900	8.588.100	0,84	
FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO DE MS	153.100	722.100	875.200	0,09	
FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MS	29.696.000	9.896.300	39.592.300	3,86	
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MS	26.038.100	4.450.100	30.488.200	2,97	
FUNDOS	109.248.400	534.699.100	643.947.500	62,77	
FUNDO DE DEFES E REP DE INT DIFUSOS E LESADOS	-	207.100	207.100	0,02	
FUNDO DE DESENV E APERF DAS ATIVID FAZENDÁRIA	26.946.400	15.600	26.962.000	2,63	
FUNDO DE INCENTIVO A QUAL. E PRODUTIVIDADE	30.000	294.900	324.900	0,03	
FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL	-	130.831.900	130.831.900	12,75	
FUNDO DE INVESTIM. CULTURAIS DO EST.DE MS	-	5.845.000	5.845.000	0,57	
FUNDO DE INVESTIMENTOS ESPORTIVOS	-	2.656.800	2.656.800	0,26	
FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MS	-	212.739.800	212.739.800	20,74	
FUNDO DE PROVISÃO DE RECURSOS	-	10.000.000	10.000.000	0,97	
FUNDO DE REGULARIZAÇÃO DE TERRAS	7.900	16.300	24.200	0,00	
FUNDO DESENV SISTEMA RODOVIÁRIO DO MS	-	82.723.900	82.723.900	8,06	
FUNDO ESP DE APOIO AO PROGR DE AJUSTE FISCAL	7.799.100	77.700	7.876.800	0,77	
FUNDO ESP DE DESENV MODERN E APERF DO TC MS	5.000	195.100	200.100	0,02	
FUNDO ESP EXEC DE PROGR COMB AS DROGAS AMB MP	-	30.000	30.000	0,00	
FUNDO ESP INST DESEN AP ATIV JUI ESP CIV CRIM	12.000.000	13.500.000	25.500.000	2,49	
FUNDO ESP. DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	-	290.100	290.100	0,03	
FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PUBLICA	-	200.000	200.000	0,02	
FUNDO ESPECIAL DE APOIO DE DESENV DO MP	-	194.800	194.800	0,02	
FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DA SSP DE MS	-	12.200.000	12.200.000	1,19	
FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS	61.150.100	60.843.300	121.993.400	11,89	
FUNDO ESTADUAL DE APOIO A INDUSTRIALIZAÇÃO	200.500	504.000	704.500	0,07	
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.108.800	813.900	1.922.700	0,19	
FUNDO ESTADUAL DE DEFES DOS DIR DO CONSUMIDOR	-	105.700	105.700	0,01	
FUNDO ESTADUAL DE PREV FISC REPR DE ENTORPECE	-	110.000	110.000	0,01	
FUNDO ESTADUAL HABIT DESENVOLVIMENTO URBANO	600	300.000	300.600	0,03	
FUNDO ESTADUAL PARA A INFANC.E A ADOLESCÊNCIA	-	3.200	3.200	0,00	

EMPRESAS PÚBLICAS	2.143.400	3.354.400	5.497.800	0,54
LOTERIA ESTADUAL DE MS	-	1.010.900	1.010.900	0,10
EMPRESA DE GESTÃO REC.HUM.PATRIM. DE MS	2.143.400	1.739.000	3.882.400	0,38
EMPRESA DE SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS DE MS	-	604.500	604.500	0,06
EMPRESAS DE ECONOMIA MISTA	3.102.250	49.076.150	52.178.400	5,09
EMPRESA DE SANEAMENTO DE MS S/A	4.000	30.541.400	30.545.400	2,98
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MS	3.098.250	18.534.750	21.633.000	2,11
TOTAL	260.904.650	764.988.750	1.025.893.400	100

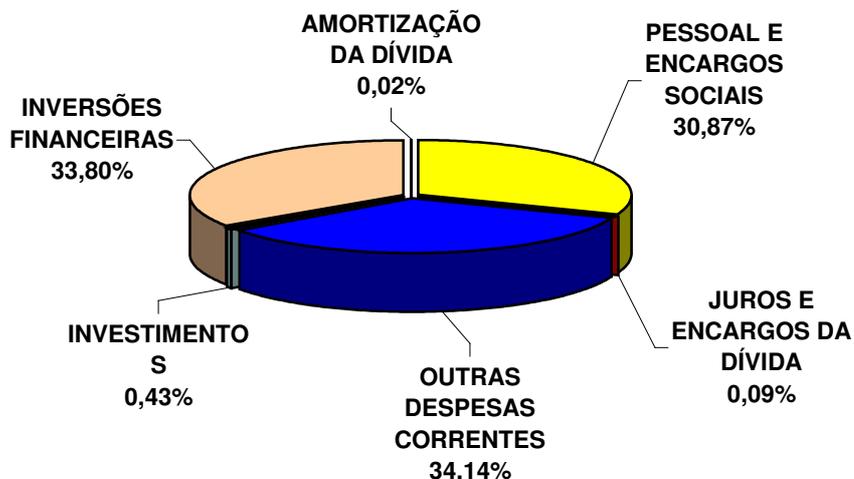
FONTE: SIAFEM

A Lei Orçamentária fixou a Despesa por Grupo de Despesas, conforme os dados a seguir:

GRUPO DE DESPESAS	FONTES		TOTAL	PARTICIPAÇÃO
	TESOURO	OUTRAS		%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	82.565.900	234.092.900	316.658.800	30,87
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	102.400	805.400	907.800	0,09
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	116.981.200	233.222.500	350.203.700	34,14
INVESTIMENTOS	61.220.750	292.275.000	353.495.750	34,46
INVERSÕES FINANCEIRAS	34.000	4.417.650	4.451.650	0,43
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	400	175.300	175.700	0,02
TOTAL	260.904.650	764.988.750	1.025.893.400	100

FONTE: SIAFEM

**PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO POR GRUPO DE DESPESA
ADM. INDIRETA**



CAPÍTULO II**2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA****2.1. DA EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO**

A Receita Orçamentária tem como principal componente as Receitas Correntes, por estarem nelas inclusas as duas principais fontes de receita do Estado (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e Fundo de Participação dos Estados - FPE), que juntas somam R\$ 1.740.986.252,91 representando 59,82% da sua categoria.

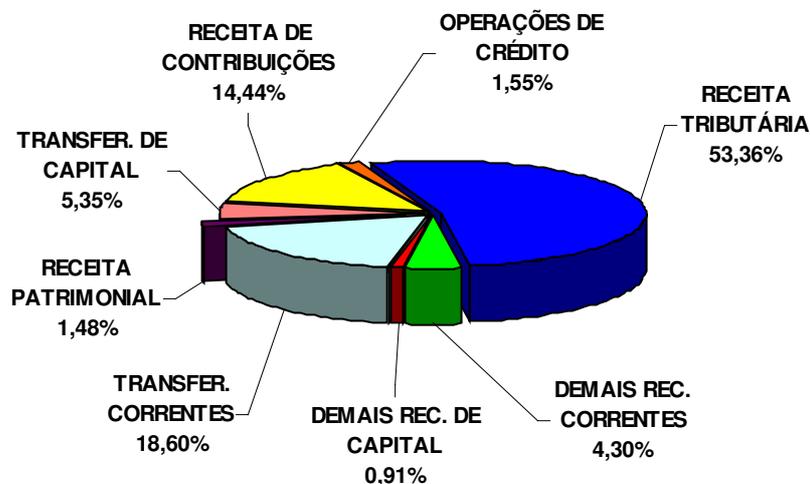
A execução da Receita Orçamentária Estadual foi 7,11% superior a Previsão Inicial em termos nominais.

em R\$ (1,00)

CATEGORIA	RECEITAS		VARIAÇÃO %		
	ECONÔMICA	PREVISTA	REALIZADA	REALIZADA PARTICIPAÇÃO	
RECEITAS CORRENTES		2.589.882.800,00	2.910.264.045,35	12,37	92,18
RECEITA TRIBUTÁRIA		1.455.143.000,00	1.684.540.280,32	15,76	53,36
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		351.323.100,00	455.883.981,15	29,76	14,44
RECEITA PATRIMONIAL		6.699.900,00	46.799.538,91	598,51	1,48
RECEITA AGROPECUÁRIA		55.600,00-		-	-
RECEITA DE SERVIÇOS		76.880.500,00	94.219.001,94	22,55	2,98
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		661.179.700,00	587.182.069,67	-11,19	18,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		38.601.000,00	41.639.173,36	7,87	1,32
RECEITAS DE CAPITAL		357.475.900,00	246.765.294,42	-30,97	7,82
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		80.445.300,00	49.004.722,12	-39,08	1,55
ALIENAÇÃO DE BENS	-		1.050.072,96	-	0,03
AMORTIZ. DE EMPRÉSTIMOS	-		1.002.486,49	-	0,03
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		261.835.650,00	169.029.086,27	-35,44	5,35
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		15.194.950,00	26.678.926,58	75,58	0,85
SUBTOTAL		2.947.358.700,00	3.157.029.339,77	7,11	100,00
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		209.670.639,77			

FONTE: SIAFEM

PARTICIPAÇÃO NA RECEITA REALIZADA POR FONTES



2.1.1 Das Deduções ao FUNDEF

Dos valores demonstrados na previsão e execução da receita orçamentária, estão deduzidos os valores destinados ao FUNDEF da seguinte forma:

em R\$ (1,00)

CATEGORIA	RECEITAS	
	PREVISTA	REALIZADA
ECONÔMICA		
RECEITAS CORRENTES	2.795.931.100,00	3.147.981.691,00
DEDUÇÃO DO FUNDEF SOBRE A RECEITA TRIBUTÁRIA (ICMS)	(159.409.000,00)	(188.356.208,95)
DEDUÇÃO DO FUNDEF SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	(46.639.300,00)	(49.361.436,70)
RECEITAS CORRENTES	2.589.882.800,00	2.910.264.045,35
RECEITAS DE CAPITAL	357.475.900,00	246.755.294,42
TOTAL LÍQUIDO DA RECEITA	2.947.358.700,00	3.157.019.339,77

FONTE: SIAFEM

2.1.2 Receitas Correntes

As Receitas Correntes apresentaram uma arrecadação de R\$ 2.910.264.045,35, participando com um percentual de 92,18% da arrecadação do Estado, sendo superior à previsão orçamentária inicial em R\$ 320.381.245,35.

2.1.2.1. Receita Tributária

O conjunto da Receita Tributária apresentou um incremento nominal de 24,03%, em relação ao exercício de 2002, passando de R\$ 1.358.113.596,73 para R\$ 1.684.540.280,32.

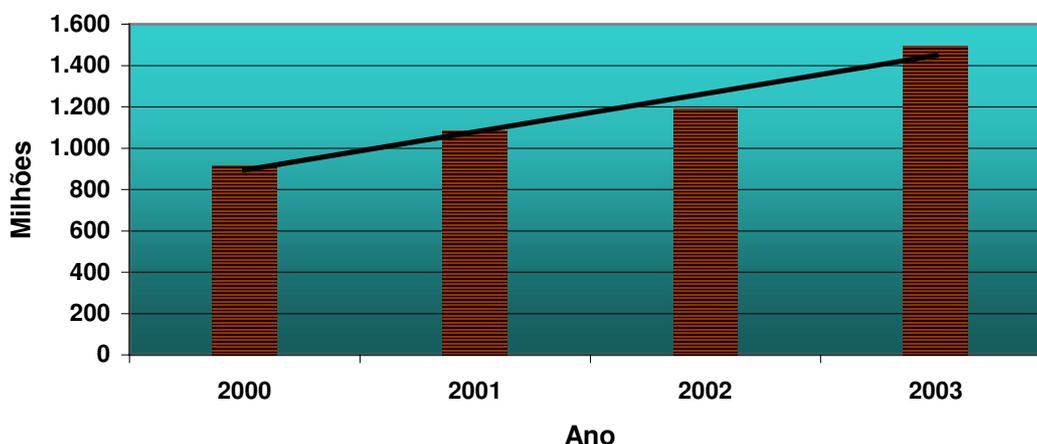
em R\$ (1,00)

RECEITAS TRIBUTÁRIAS	RECEITAS		VARIÇÃO %	
	PREVISTA	REALIZADA	REALIZADA	PARTICIPAÇÃO
ICMS	1.248.330.200,00	1.495.103.758,04	19,77	88,75
IRRF	72.452.700,00	82.025.421,59	13,21	4,87
IPVA	53.510.500,00	65.762.916,74	22,90	3,90
TAXAS	69.149.300,00	23.260.118,59	-66,36	1,38
ITCD	11.700.300,00	18.388.065,36	57,16	1,09
TOTAL	1.455.143.000,00	1.684.540.280,32	15,76	100

FONTE: SIAFEM

A principal origem de arrecadação das receitas tributárias é o ICMS, com valor arrecadado de R\$ 1.495.103.758,04, deduzidos o repasse ao FUNDEF. Em termos nominais, o ICMS teve em relação ao exercício de 2002, um aumento de 25,49%. Conforme demonstra o gráfico abaixo, o Estado vem mantendo crescimento acentuado desse tributo.

EVOLUÇÃO DO ICMS



2.1.3. Receitas de Capital

A Categoria Receitas de Capital, que teve uma previsão inicial de receita no valor de R\$ 357.475.900,00, encerrou o ano com um volume arrecadado de R\$ 246.755.294,42. Esse resultado foi inferior ao estimado em 30,97%. E foi fortemente impactada pela não confirmação das receitas de transferências de convênios previstas nas

Transferências de Capital, cuja execução teve um resultado negativo de 35,44%.

2.2 DA EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Na Execução da Receita Orçamentária da Administração Direta, demonstrada no quadro abaixo, verificamos que houve excesso de arrecadação das receitas em 9,70%. Esse excesso deve-se principalmente ao incremento na arrecadação das receitas tributárias, que corresponderam a 17,21% do total previsto para arrecadação dessa receita.

CATEGORIA	RECEITAS		VARIAÇÃO %	
	PREVISTA	REALIZADA	REALIZADA	PARTICIPAÇÃO
ECONÔMICA				
RECEITAS CORRENTES	2.053.460.900,00	2.254.623.159,07	9,80	94,31
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.426.588.800,00	1.672.116.833,28	17,21	69,94
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	-	11.179,26	-	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.976.600,00	23.987.532,53	1113,58	1,00
RECEITA DE SERVIÇOS	-	2.826,00	-	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	592.544.700,00	521.153.239,22	-12,05	21,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	32.350.800,00	37.351.548,78	15,46	1,56
RECEITAS DE CAPITAL	125.806.800,00	136.104.496,52	8,19	5,69
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	45.142.000,00	49.004.722,12	8,56	2,05
ALIENAÇÃO DE BENS	-	438.176,43	-	0,02
AMORTIZ. DE EMPRÉSTIMOS	-	1.002.486,49	-	0,04
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	80.100.100,00	65.013.643,96	-18,83	2,72
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	564.700,00	20.645.467,52	3.556,01	0,86
SUBTOTAL	2.179.267.700,00	2.390.727.655,59	9,70	100,00

FONTE: SIAFEM

2.3 DA EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

em R\$ (1,00)

CATEGORIA	RECEITAS		VARIÇÃO %	
	ECONÔMICA	PREVISTA	REALIZADA	REALIZADA PARTICIPAÇÃO
RECEITAS CORRENTES		526.678.800,00	655.640.886,28	24,49 85,56
RECEITA TRIBUTÁRIA		28.554.200,00	12.423.447,04	-56,49 1,62
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		351.323.100,00	455.872.801,89	29,76 59,49
RECEITA PATRIMONIAL		4.723.300,00	22.812.006,38	382,97 2,98
RECEITA AGROPECUÁRIA		55.600,00-	-	- -
RECEITA DE SERVIÇOS		67.137.400,00	94.216.175,94	40,33 12,30
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		68.635.000,00	66.028.830,45	-3,80 8,62
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		6.250.200,00	4.287.624,58	-31,40 0,56
RECEITAS DE CAPITAL		189.233.800,00	110.650.797,90	-41,53 14,44
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	- -
ALIENAÇÃO DE BENS	-		611.896,53	- 0,08
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		177.580.300,00	104.015.442,31	-41,43 13,57
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		11.653.500,00	6.023.459,06	-48,31 0,79
SUBTOTAL		715.912.600,00	766.291.684,18	7,04 100,00

FONTE: SIAFEM

2.4. DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO

A Despesa Realizada no Estado, derivada da Lei Orçamentária Anual de 2003 e de seus créditos adicionais, atingiu o total de R\$ 3.263.273.707,70, correspondendo a 84,97 % da despesa autorizada, que foi R\$ 3.840.306.918,32. Deste modo, o Estado obteve economia orçamentária de R\$ 577.033.210,62.

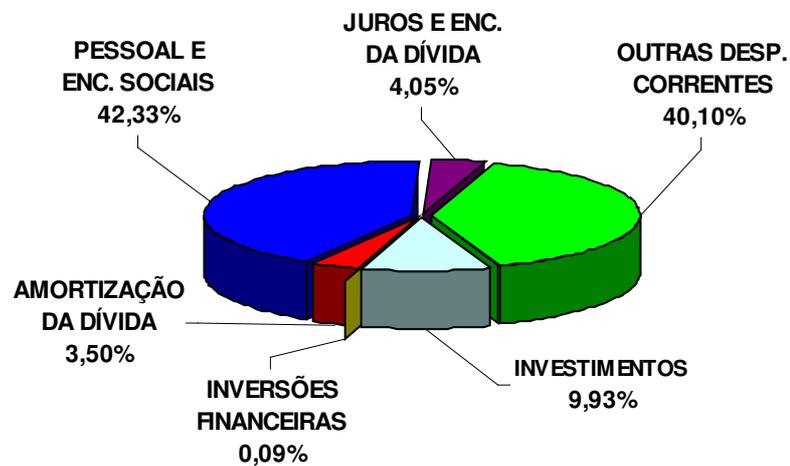
De acordo com a Lei Orçamentária Anual, que obedeceu à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003, a despesa autorizada e a executada segundo as categorias econômicas, estão demonstradas a seguir:

em R\$ (1,00)

GRUPO DE DESPESAS	FONTES			REALIZAÇÃO
	FIXADA	AUTORIZADA	REALIZADA	%
DESPESAS CORRENTES	2.379.081.600,00	3.114.785.889,88	2.822.136.590,48	90,60
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	1.070.702.440,00	1.419.499.214,32	1.381.253.191,96	97,31
JUROS E ENC. DA DÍVIDA	142.536.300,00	141.879.731,76	132.264.572,89	93,22
OUTRAS DESP. CORRENTES	1.165.842.860,00	1.553.406.943,80	1.308.618.825,63	84,24
DESPESAS DE CAPITAL	548.736.900,00	705.980.828,44	441.137.117,22	62,49
INVESTIMENTOS	454.724.550,00	583.167.800,20	324.135.844,79	55,58
INVERSÕES FINANCEIRAS	4.685.450,00	7.228.250,00	2.940.082,60	40,67
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	89.326.900,00	115.584.778,24	114.061.189,83	98,68
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.540.200,00	19.540.200,00	-	-
TOTAL	2.947.358.700,00	3.840.306.918,32	3.263.273.707,70	84,97

FONTE: SIAFEM

PARTICIPAÇÃO NA REALIZAÇÃO DA DESPESA POR CATEGORIAS

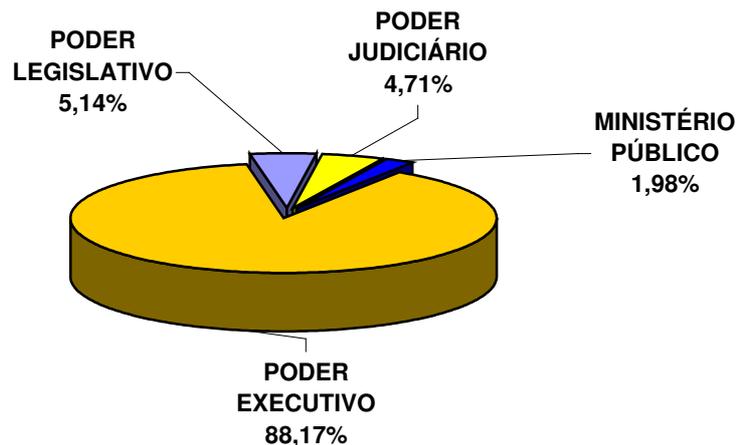


A participação dos Poderes do Estado e de seus respectivos órgãos e do Ministério Público, no cômputo da despesa autorizada e realizada, está evidenciada no quadro seguinte:

PODERES	FONTES		em R\$ (1,00)
	AUTORIZADA	REALIZADA	PARTICIPAÇÃO %
PODER LEGISLATIVO	167.964.000,00	167.653.478,89	5,14
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	117.178.100,00	117.076.113,07	3,59
TRIBUNAL DE CONTAS	50.475.800,00	50.296.057,88	1,54
FUNDO	310.100,00	281.307,94	0,01
PODER JUDICIÁRIO	163.134.937,79	153.755.910,71	4,71
TRIBUNAL DE JUSTICA	135.425.161,37	135.054.442,17	4,14
FUNDO	27.709.776,42	18.701.468,54	0,57
MINISTÉRIO PÚBLICO	65.040.100,00	64.738.088,33	1,98
PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA	64.715.300,00	64.571.800,27	1,98
FUNDOS	324.800,00	166.288,06	0,01
PODER EXECUTIVO	3.444.167.880,53	2.877.126.229,77	88,17
SECRETARIAS	2.097.509.948,65	1.864.438.889,54	57,13
FUNDOS	880.167.193,63	578.183.362,99	17,72
FUNDAÇÕES	81.063.030,53	51.901.331,37	1,59
EMPRESAS PÚBLICAS	7.874.550,00	5.892.233,09	0,18
ECONOMIA MISTA	52.178.400,00	-	-
AUTARQUIAS	305.834.557,72	376.710.412,78	11,54
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.540.200,00	-	-
TOTAL	3.840.306.918,32	3.263.273.707,70	100,00

FONTE: SIAFEM

PARTICIPAÇÃO DOS PODERES NAS DESPESAS REALIZADAS



2.5. EXECUÇÃO DA DESPESA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

2.5.1 Despesa por Categoria Econômica e Grupo

A comparação da despesa autorizada com a executada por categoria econômica, da Administração Direta, está demonstrada da seguinte forma:

em R\$ (1,00)

CATEGORIA ECONÔMICA	FONTES		SALDO	REALIZAÇÃO
	AUTORIZADA	REALIZADA		%
DESPESAS CORRENTES	2.213.187.808,78	2.083.855.196,81	129.332.611,97	93,39
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	942.561.257,25	924.886.487,96	17.674.769,29	41,45
JUROS E ENC. DA DÍVIDA	139.537.721,76	132.264.572,89	7.273.148,87	5,93
OUTRAS DESP. CORRENTES	1.131.088.829,77	1.026.704.135,96	104.384.693,81	46,01
DESPESAS DE CAPITAL	252.116.501,24	147.582.106,12	104.534.395,12	6,61
INVESTIMENTOS	136.547.123,00	33.395.322,29	103.151.800,71	1,50
INVERSÕES FINANCEIRAS	160.300,00	125.594,00	34.706,00	0,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	115.409.078,24	114.061.189,83	1.347.888,41	5,10
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.540.200,00	-	19.540.200,00	-
TOTAL	2.484.844.510,02	2.231.437.302,93	103.186.506,71	100,00

FONTE: SIAFEM

2.6. EXECUÇÃO DA DESPESA – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

2.6.1 Despesa por Categoria Econômica e Grupo

em R\$ (1,00)

CATEGORIA ECONÔMICA	FONTES		SALDO	REALIZAÇÃO
	AUTORIZADA	REALIZADA		%
DESPESAS CORRENTES	901.598.081,10	738.281.393,67	163.316.687,43	71,55
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	476.937.957,07	456.366.704,00	20.571.253,07	44,23
JUROS E ENC. DA DÍVIDA	2.342.010,00	-	2.342.010,00	-
OUTRAS DESP. CORRENTES	422.318.114,03	281.914.689,67	140.403.424,36	27,32
DESPESAS DE CAPITAL	453.688.627,20	293.555.011,10	160.133.616,10	28,45
INVESTIMENTOS	446.620.677,20	290.740.522,50	155.880.154,70	28,18
INVERSÕES FINANCEIRAS	7.067.950,00	2.814.488,60	4.253.461,40	0,27
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	175.700,00	-	175.700,00	-
TOTAL	1.355.286.708,30	1.031.836.404,77	323.450.303,53	100,00

FONTE: SIAFEM

2.7 DEMONSTRATIVO DA MARGEM ORÇAMENTÁRIA

2.7.1. Evolução da Despesa Autorizada

em R\$ (1,00)	
DESPESAS	VALOR
Previsão Inicial	2.947.358.700,00
Créditos Suplementares	1.341.795.773,99
Créditos Especiais	500.000,00
- Lei 2.652, 17/07/03 - Dec 11.307, 22/07/03	500.000,00
(-) Cancelamento de Dotação	(449.347.555,67)
TOTAL DA DESPESA AUTORIZADA	3.840.306.918,32

FONTE: SECRET, DE PLANEJ. E DES. TECNOLOGIA – SEPLANCT

2.7.2. Utilização dos Créditos Suplementares

em R\$ (1,00)					
GRUPO DE DESPESAS	CRÉDITOS SUPLEMENTARES ⁽¹⁾				TOTAL
	SUPERÁVIT FINANCEIRO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
	INCISO I	INCISO II	INCISO III	INCISO IV	
Pessoal e Enc. Sociais	-	322.372.232,36	62.059.003,48	-	384.431.235,84
<i>d/q Precatórios</i>	-	3.615.339,48	5.658.460,00	-	9.273.799,48
Juros e Enc. Da Dívida	-	33.654.700,00	12.637.800,00	5.000,00	46.297.500,00
Outras Desp. Correntes	-	387.455.522,29	230.443.666,93	208.840,00	618.108.029,22
<i>d/q Precatórios</i>	-	4.936.000,00	1.330.000,00	-	6.266.000,00
<i>d/q Transf. A Municípios</i>	-	83.033.389,74	-	-	83.033.389,74
Investimentos	9.776,42	112.011.047,25	94.964.648,36	14.415.500,00	221.400.972,03
<i>d/q Precatórios</i>	-	-	120.000,00	-	120.000,00
<i>D/q Transf. a Municípios</i>	-	26.707.110,00	-	-	26.707.110,00
Outras Desp. de Capital	-	2.280.000,00	760.500,00	-	3.040.500,00
Amortização da Dívida	-	20.035.600,00	48.481.936,90	-	68.517.536,90
<i>Serviço da Dívida</i>	-	20.035.600,00	48.481.936,90	-	68.517.536,90
TOTAL	9.776,42	877.809.101,90	449.347.555,67	14.629.340,00	1.341.795.773,99

FONTE: SECRET, DE PLANEJ. E DES. TECNOLOGIA – SEPLANCT

(1) Lei 2.601, de 27 de dezembro de 2002 e Art. 43 da Lei Federal 4.320 de 17/03/1964

2.7.3 Cálculo da Margem Orçamentária

em R\$ (1,00)			
MARGEM ORÇAMENTÁRIA	CÁLCULO DA MARGEM ORÇAMENTÁRIA		
Créditos Suplementares	1.341.795.773,99	Previsão Inicial da Despesa	2.947.358.700,00
(-) Inciso II	877.809.101,90	Orçamento Fiscal	2.361.963.700,00
(-) Inciso IV	14.629.340,00	Orçamento da Seg. Social	533.216.600,00
SUBTOTAL	449.357.332,09	Orçamento de Investimentos	52.178.400,00
(-) Pessoal e Enc. Sociais (Inc.III)	62.059.003,48	* Margem Orçamentária (25%)	736.839.675,00
(-) Juros e Serv. da Dívida (Inc.III)	61.119.736,90	Abertura de Crédito	324.848.591,71
(-) Precatórios	1.330.000,00		
TOTAL P/ CALC. DA MARGEM	324.848.591,71	SALDO DA MARGEM ORÇAM.	411.991.083,29

FONTE: SECRET, DE PLANEJ. E DES. TECNOLOGIA – SEPLANCT

* Art. 10 da Lei Estadual nº 2.601, de 27.12.02

CAPITULO III**3. DOS BALANÇOS GERAIS****3.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO**

O Balanço Orçamentário consiste em comparar as receitas previstas com as realizadas, bem como as despesas fixadas com as executadas, e deve ser apresentado conforme anexo 12, da Lei no. 4.320/64.

em R\$ (1,00)

ESPECIFICAÇÕES	RECEITAS		DIFERENÇA
	PREVISÃO	EXECUÇÃO	
RECEITAS CORRENTES	2.589.882.800,00	2.910.264.045,35	320.381.245,35
RECEITAS DE CAPITAL	357.475.900,00	246.755.294,42	(110.720.605,58)
TOTAL	2.947.358.700,00	3.157.019.339,77	209.660.639,77
DÉFICIT		106.254.367,93	106.254.367,93
TOTAL	2.947.358.700,00	3.263.273.707,70	315.915.007,70

ESPECIFICAÇÕES	DESPESAS		DIFERENÇA
	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	
DESPESAS CORRENTES	2.379.081.600,00	2.822.136.590,48	(443.054.990,48)
DESPESAS DE CAPITAL	548.736.900,00	441.137.117,22	107.599.782,78
RESERVA DE CONTINGENCIA	19.540.200,00		19.540.200,00
TOTAL	2.947.358.700,00	3.263.273.707,70	(315.915.007,70)
SUPERÁVIT			
TOTAL	2.947.358.700,00	3.263.273.707,70	(315.915.007,70)

FONTE: SIAFEM

O Balanço Orçamentário Consolidado da Administração Direta juntamente com as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Públicas, apresentou, no exercício de 2003, uma receita de R\$ 3.157.019.339,77 e uma Despesa de R\$ 3.263.273.707,70, resultando em um déficit orçamentário no valor de R\$ 106.254.367,93.

3.1.1. Demonstrativo das Deduções para o FUNDEF

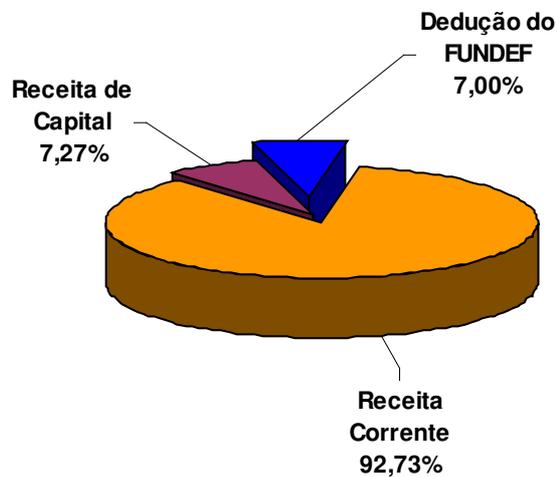
A Portaria do Ministério da Fazenda n.º 328 de 27 de agosto de 2001, estabelece que a partir do exercício de 2002 a contabilização dos recursos destinados ao FUNDEF serão por dedução da receita, conforme demonstrativo a seguir:

RECEITAS	DEDUÇÃO	
	FIXADA	EXECUTADA
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	159.409.000,00	188.356.208,95
- ICMS	159.409.000,00	188.356.208,95
TRANSFERENCIAS CORRENTES	46.639.300,00	49.361.436,70
- TRANSFERENCIAS DA UNIÃO	46.639.300,00	49.361.436,70
Cota Parte do FPE	39.371.500,00	43.386.472,00
Cota Parte do IPI	1.338.400,00	1.499.225,41
Lei Complem. 87/96 - Lei Kandir	5.929.400,00	4.475.739,29
TOTAL DAS DEDUÇÕES	206.048.300,00	237.717.645,65

em R\$ (1,00)

FONTE: SIAFEM

DEDUÇÃO DO FUNDEF NA RECEITA TOTAL



3.2. BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

O Balanço Financeiro demonstra as Receitas e as Despesas Orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos extra-orçamentários, juntamente com os saldos financeiros disponíveis, oriundos do exercício anterior, e os transferidos para o exercício seguinte.

O Balanço financeiro deve ser apresentado conforme o Anexo 13, da Lei 4.320/64.

As Receitas e as Despesas Orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro são aquelas que foram consignadas na Lei Orçamentária. As Receitas e as Despesas extra-orçamentárias são aquelas que se realizam independentes do orçamento. A receita extra-orçamentária representa os valores recebidos pelo Estado, e em princípio, não lhe

pertencem; e a despesa extra-orçamentária corresponde ao repasse dessas receitas para quem de direito.

em R\$ (1,00)		
ESPECIFICAÇÕES	RECEITAS	DESPESAS
ORÇAMENTÁRIA	3.157.019.339,77	3.263.273.707,70
- CORRENTES	2.910.264.045,35	2.822.136.590,48
- DE CAPITAL	246.755.294,42	441.137.117,22
EXTRA – ORÇAMENTÁRIA	908.541.578,84	770.603.291,53
- CONSIGNAÇÕES	39.710.268,88	29.063.003,98
- DEPÓSITOS DIVERSAS ORIGENS	136.671.069,89	118.337.667,86
- RESTOS A PAGAR	315.710.596,77	194.815.621,76
- CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	210.769.482,45	207.929.303,78
- TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	97.307.451,86	99.658.185,92
- CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	66.745.913,67	78.557.457,65
- DEMAIS VALORES DE RECEITAS	41.626.795,32	42.242.050,58
DISPONIBILIDADE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	138.660.470,32	0,00
DISPONIBILIDADE P/ O EXERCÍCIO SEGUINTE	0,00	170.344.389,70
TOTAL	4.204.221.388,93	4.204.221.388,93

FONTE: SIAFEM

Comparando-se as Receitas e as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias, no Balanço Financeiro, o Estado apresentou no exercício, um superávit no valor de R\$ 31.683.919,38.

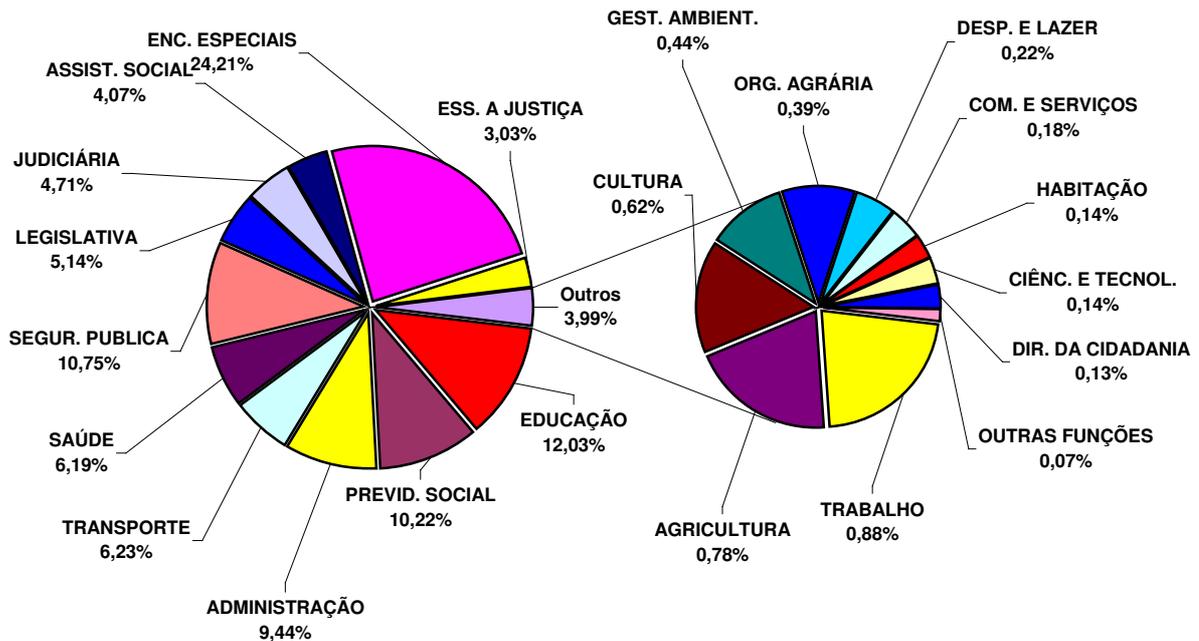
O comportamento das despesas realizadas, distribuídas por funções de governo, exigida pela Lei 4.320/64, do Balanço Financeiro, está apresentada no quadro abaixo:

em R\$ (1,00)	
FUNÇÃO DE GOVERNO	DESPESA REALIZADA
LEGISLATIVA	167.653.478,89
JUDICIÁRIA	153.755.910,71
ESSENCIAL A JUSTIÇA	99.014.204,94
ADMINISTRAÇÃO	307.950.926,53
SEGURANÇA PÚBLICA	350.824.769,89
ASSISTÊNCIA SOCIAL	132.654.767,81
PREVIDÊNCIA SOCIAL	333.625.540,31
SAÚDE	201.878.756,93
TRABALHO	28.699.538,89
EDUCAÇÃO	392.494.137,87
CULTURA	20.330.976,31
DIREITOS DA CIDADANIA	4.385.046,29
HABITAÇÃO	4.486.597,97
SANEAMENTO	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	14.217.481,72
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	4.448.846,70
AGRICULTURA	25.417.050,87
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	12.850.018,75
INDÚSTRIA	825.198,60
COMÉRCIO E SERVIÇOS	5.864.937,49

ENERGIA	1.412.709,76
TRANSPORTE	203.186.460,63
DESPORTO E LAZER	7.109.287,47
ENCARGOS ESPECIAIS	790.187.062,37
TOTAL	3.263.273.707,70

FONTE: SIAFEM

PARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS REALIZADAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO



Excetuando-se a função "Encargos Especiais", onde estão inclusas as despesas com Juros e Encargos da Dívida, Transferências aos Municípios entre outras, as funções de governo que tiveram participações mais expressivas em 2003 foram: Educação, Segurança Pública e Previdência Social.

Ressalta-se que as participações acima referem-se às despesas totais, não podendo ser interpretados como os limites estabelecidos constitucionalmente, visto que estes obedecem a vinculações a receitas específicas.

3.3. BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

O Balanço Patrimonial demonstra a situação econômica e financeira do patrimônio público, através dos seus bens, direitos e obrigações, bem como o saldo patrimonial, num determinado momento. Este balanço é representado conforme o Anexo 14, da lei 4.320/64.

em R\$ (1,00)

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÕES	VALOR	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
FINANCEIRO	178.169.115,59	FINANCEIRO	616.792.121,68
- DISPONÍVEL	163.788.251,98	- DEPÓSITOS	100.035.546,78
- CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	14.380.863,61	- OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	516.756.574,90
PERMANENTE	2.712.808.871,46	PERMANENTE	5.920.275.059,74
- CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.306.248.571,62	- OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.616.924.595,16
- BENS E VAL. EM CIRCULAÇÃO	17.273.591,07	- PROVISÕES EXTRA-ORÇAM	24.129,89
- VALORES PEND. A C. PRAZO	1.055,74	- EMPRÉST. GOVERNAMENTAIS	236.939.611,88
- REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	142.612.213,98	- OUTRAS OPERAÇÕES EXIG	66.386.722,81
- PERMANENTE	1.246.673.439,05		
SALDO PATRIMONIAL	3.646.089.194,37		
COMPENSADO	487.701.529,47	COMPENSADO	487.701.529,47
TOTAL	7.024.768.710,89	TOTAL	7.024.768.710,89

FONTE: SIAFEM

No ativo financeiro do Balanço do Estado, estão contidos os créditos realizáveis a curto prazo, como saldos de bancos, órgãos arrecadadores e as aplicações financeiras.

No Ativo Permanente estão incluídos os bens, créditos e valores do Estado. Constam desses grupos a inscrição anual da Dívida Ativa de que o Estado é credor. No exercício de 2003 houve aumento de inscrições da ordem de 130% a mais sobre a média dos exercícios anteriores. Tal fato é responsável, em parte, pelo superávit verificado no exercício.

O Passivo Financeiro compreende os compromissos exigíveis a curto prazo e independem de autorização legislativa.

A obrigação do Estado mais representativa a curto prazo, consiste nos restos a pagar acumulados no valor de R\$ 449.685.094,58

O Passivo Permanente compreende as dívidas fundadas interna e externa, representadas por títulos ou contratos e, dependem de autorização legislativa para serem operacionalizadas.

O valor expressivo do saldo acumulado da dívida pública deve-se, basicamente a capitalização de encargos decorrentes da aplicação dos sistemas de pagamento estabelecidos nos refinanciamentos ao amparo das leis federais n. 8.727/93 e 9.496/97;

O Passivo Compensado contém as contrapartidas dos mesmos valores registrados no Ativo Compensado.

3.3.1. Patrimônio Líquido

No total consolidado do Patrimônio Líquido, que inclui tanto a Administração Direta como toda a Administração Indireta, o Estado ficou com o seguinte saldo:

em R\$ (1,00)	
ESPECIFICAÇÕES	VALOR
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(3.771.626.392,54)
- Inclusão da autarquia Agência Est. de Metrologia	463.243,41
RESULTADO DO EXERCÍCIO	125.073.954,76
SALDO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO BALANÇO DE 2003	(3.646.089.194,37)

FONTE: SIAFEM

3.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia os efeitos ocorridos no Patrimônio do Estado, resultantes ou não da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial do exercício. Esta demonstração é apresentada conforme o Anexo 15, da Lei 4320/64.

em R\$ (1,00)			
ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÕES	VALOR	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
VARIAÇÕES ATIVAS	7.498.378.762,11	VARIAÇÕES PASSIVAS	7.373.304.807,35
RESULTANTE DA EXEC. ORÇ.	6.394.507.520,02	RESULTANTE DA EXEC. ORÇ.	6.312.124.975,96
ORÇAMENTÁRIAS	3.157.019.339,77	ORÇAMENTÁRIAS	3.263.273.707,70
- Correntes	2.910.264.045,35	- Correntes	2.822.136.590,48
- De Capital	246.755.294,42	- De Capital	441.137.117,22
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	2.942.831.607,55	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	2.942.831.607,55
MUTAÇÕES ATIVAS	294.656.572,70	MUTAÇÕES PASSIVAS	106.019.660,71
INDEP. DA EXEC. ORÇAM.	1.103.871.242,09	INDEP. DA EXEC. ORÇAM.	1.061.179.831,39
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	116.423.788,87	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	116.423.788,87
ACRÉSCIMOS PATRIM.	987.447.453,22	DECRÉSCIMOS PATRIM.	944.756.042,52
TOTAL	7.498.378.762,11	TOTAL	7.373.304.807,35
DÉFICIT	0,00	SUPERÁVIT	125.073.954,76
TOTAL	7.498.378.762,11	TOTAL	7.498.378.762,11

FONTE: SIAFEM

Observando-se o superávit patrimonial, pode-se constatar que este resultado é em parte, decorrente da Incorporação e Atualização da Dívida Ativa nas Variações Ativas, que apresenta um valor expressivo, superando assim, os valores apresentados nas contas de Variações Passivas.

CAPÍTULO IV

4. DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

4.1 DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL

A RCL serve como base para o cálculo da reserva de contingência e para apuração dos limites da despesa total com pessoal, da dívida pública, das garantias e contragarantias, das operações de crédito e da despesa com serviços de terceiros.

A RCL corresponde basicamente ao total da receita corrente arrecadada por todos os Poderes do Estado, deduzida a parcela transferência aos Municípios, por imposição constitucional (25% do ICMS e 50% do IPVA). As demais deduções, apresentadas no quadro da RCL, constituem duplicidades contábeis de receita.

A RCL apurada em dezembro de 2003 foi 20,90% maior à verificada no final de 2002, totalizando R\$ 2.124 milhões.

RECEITAS CORRENTES	REALIZADOS		CRESCIM.
	2002	2003	%
Receita Tributária	1.508.424	1.872.896	24,16
d/q ICMS	1.341.761	1.683.460	25,47
d/q IPVA	55.872	65.763	17,70
Receita de Contribuições	245.266	455.884	85,87
Receita Patrimonial	10.124	46.799	362,26
Receita Serviços	38.540	94.219	144,47
Transferências Correntes	714.081	636.543	(10,86)
d/q Cota Parte FPE	278.038	289.269	4,04
Outras Receitas Correntes	46.541	41.639	(10,53)
TOTAL (I)	2.562.886	3.147.980	22,83
DEDUÇÕES			
Transferências Constituc. e Legais	375.235	470.927	25,50
Contrib. Plano Seg. Social Servidor	229.931	312.536	35,93
Compensação Financ. Regimes Previd.	779	724	(7,06)
Dedução do FUNDEF	200.508	240.243	19,82
TOTAL (II)	806.453	1.024.430	27,03
RCL(I-II)	1.756.433	2.123.550	20,90

FONTE: SIAFEM

4.2. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Em 2003 as despesas executadas pelo Fundo de Previdência do Estado - MS-PREV superaram as receitas previdenciárias em R\$ 19 milhões. O déficit foi coberto com recursos do Tesouro, conforme demonstra a tabela abaixo.

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZADAS	
		2002	2003
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	128.657	67.616	251.472
CONTRIBUIÇÃO DO SERV. ATIVO	84.054	41.173	61.065
RECEITAS PATRIMONIAIS	29		959
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0	110.899	745
ALIENAÇÃO DE BENS		11.020	
TOTAL (I)	212.740	230.708	314.241

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	LIQUIDADAS	
		2002	2003
ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.228	90	5.018
PREVIDÊNCIA SOCIAL	335.416	231.424	328.608
TOTAL (II)	340.644	231.514	333.626

DÉFICIT APURADO (I-II)	(127.904)	(806)	(19.385)
-------------------------------	------------------	--------------	-----------------

FONTE: SIAFEM

4.3. DESPESAS COM PESSOAL

A LRF estabeleceu como parâmetro para acompanhar as despesas de pessoal, a sua comparação, em termos percentuais, com a Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado.

A comparação entre as despesas de pessoal e RCL leva em conta um período de 12 meses. Deste modo, a despesa com pessoal dos três poderes do Estado além do Ministério Público, no ano de 2003, correspondeu a 46,73% da RCL anual. Esse índice registrou aumento de 1,28 pontos percentuais em relação ao apurado no final de 2002, mas permaneceu significativamente abaixo dos limites permitido pela LRF, de 60% da RCL como limite máximo, e de 57% da RCL como limite prudencial.

Quanto ao Poder Executivo, o índice verificado foi de 37,44%, também notadamente abaixo do limite máximo (49%) e do prudencial (46,55%).

R\$ Mil					
DESPESA LIQUIDADADA COM PESSOAL EXERCÍCIO DE 2003	PODERES				TOTAL
	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO	MIN. PÚBLICO	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	795.162	60.076	100.976	35.850	992.064
Pessoal Ativo	844.491	63.984	121.313	42.140	1.071.928
Pessoal Inativo e Pensionistas	308.558	-	-	-	308.558
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	357.887	3.908	20.337	6.290	388.422
OUTRAS DESP. DE PESSOAL DECORRENTES TERCEIRIZAÇÃO (II)	-	248	-	-	248
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)	795.162	60.324	100.976	35.850	992.312
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)			2.123.550		
TOTAL DA DESP. LÍQUIDA COM PESSOAL/RCL (%)	37,44	2,84	4,76	1,69	46,73
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <49%>	1.040.540	63.707	127.413	42.471	1.274.131
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - <95%>	988.513	60.521	121.042	40.347	1.210.424

FONTE: SIAFEM

4.4. DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) corresponde à dívida pública consolidada deduzido o Ativo Disponível e os Haveres Financeiros, quando possuírem valores maiores que os Restos a Pagar Processados.

Em 2003, o valor nominal da DCL aumentou em 4,70%, passando de R\$5.451 milhões para R\$5.707 milhões. Tal aumento ocorreu principalmente em função do parcelamento das dívidas com o INSS, de R\$45 milhões, e das liberações financeiras de operações de crédito, que totalizaram R\$49 milhões.

A LRF prevê acompanhamento da DCL em relação à RCL, por meio do índice dívida-receita (DCL/RCL). A LRF estabeleceu ainda uma trajetória obrigatória de redução de dívida ao longo de quinze anos. Assim, Estados cuja estoque de dívida ultrapasse 2 vezes a RCL devem eliminar esse excesso na razão de 1/15 por ano. De acordo com essa trajetória, a relação dívida-receita do Estado, para o final de 2003, não poderia ultrapassar a 2,81 vezes.

O exercício de 2003 registrou evolução favorável da dívida em relação à receita. Tal foi observado em razão de a RCL crescer 20,93% entre os

exercícios de 2002 e 2003, e a dívida haver aumentado 4,70%, conforme apontado no parágrafo anterior. Disso decorreu a redução do índice dívida-receita: no final de 2002, a dívida estadual correspondia a 3,10 vezes a RCL e, no final de 2003, passou a corresponder a 2,69 vezes.

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO	
	2002	2003
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	5.450.997	5.707.478
Dívida Contratual	5.450.997	5.662.201
Parcelamentos com a União	-	45.277
De Contribuições Sociais (INSS)	-	45.277
DEDUÇÕES (II)	-	-
Ativo Disponível	138.661	163.788
(-) Restos a Pagar Processados	356.325	326.840
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	217.664	163.052
Insuficiência Financeira	217.664	163.052
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)=(I - II)	5.450.997	5.707.478
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.756.433	2.126.550
% da DCL sobre a RCL	310,34	268,77
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: (200% DA RCL)	3.512.866	4.247.100
TRAJETÓRIA DE AJUSTE P/ O EXERCÍCIO	287,95	281,67

FONTE: SIAFEM

4.5. DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF

DESPESA COM PESSOAL	R\$ MIL	% SOBRE A RCL
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos 12 Últimos Meses	992.312	46,73
Limite Legal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.274.130	60,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	1.210.424	57,00
DÍVIDA		
Dívida Consolidada Líquida	5.707.478	268,77
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.247.100	200,00
GARANTIAS DE VALORES		
Total das Garantias	87.892	4,14
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	467.181	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Internas e Externas	49.005	2,31
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido p/ SF para Op. de Crédito Internas e Externas	339.768	16,00
Limite Definido p/ SF para Op. de Crédito por Antec. da Receita	148.649	7,00
RESTOS A PAGAR		
		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	122.845	

FONTE: SIAFEM

AGRADECIMENTOS

A Auditoria Geral do Estado, através da Coordenadoria de Contabilidade, agradece a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste trabalho, ajudando-nos a cumprir o dever de tornar público o Balanço Geral do Estado de Mato Grosso do Sul.

RÉDEL FURTADO NERES

Auditor Geral do Estado

VICENTE HIROYUKI YASUNAKA

Coordenador de Contabilidade

Contador CRCMS 006655/O-1